

PERGUNTA

Tenha paciência
com tudo que não é resolvido em teu coração
e
tente amar as perguntas em ti
como se fossem
quartos trancados ou livros escritos em
Idioma estranho.

Não pesquises em busca de respostas
que não te podem ser dadas,
porque tu não as podes viver,
e,
trata-se de viver tudo.

Viva as grandes perguntas agora.
Talvez num dia longuíquo,
sem o perceberes,
te familiarizarás com a resposta.

Rainer Maria Rilke



Trabalho em argila resultado final de um exercício durante o Seminário de Pedagogia Social III Organizações, realizado em Março de 2003. Lucia Sígolo

ACONTECERÁ

3 a 7/11: SPS II _ Seminário de Pedagogia Social Desenvolvimento de Grupos. Coordenador: Regina Erismann. Tel: (11) 5531 0125 e-mail: maturi.regina@terra.com.br Local: Centro Paulus.

7 e 8/11: Assembléia Geral da Associação de Pedagogia Social. Local: Centro Paulus

15/11 Círculo da Divulgação. Reunião interna

17 e 18/11 Círculo de Seminários. Reunião interna

18/11 a tarde: Reunião dos 3 círculos (Coordenação, Divulgação e Seminários). Reunião interna.

29/11 Reunião do Círculo de Seminários.

12 a 23 de Abril de 2003: Seminário de Pedagogia Social Introdução. Local: Belo Horizonte. Contato: Berenice (31) 3487 1663, bruckert@uol.com.br

LEIA TAMBÉM

pág 2: Editorial
pág 3: Caminhando para uma economia saudável
pág 5: A Lei Social Principal e o Desenvolvimento Social Sustentável
pág 7: Relato de Seminário
pág 8: Depoimentos
pág 8: Comix

EDITORIAL

Estou recém saído de um "banho pedagógico social": o Seminário de Introdução à Pedagogia Social, que se realizou de 3 a 11 de Julho no Centro Paulus, com 29 participantes (*vide depoimento na pág. 8*). Foi como retornar à fonte do impulso, beber diretamente dela e voltar renovado! Este Seminário trata do "be-a-bá" da Pedagogia Social, que é ao mesmo tempo a sua essência e seu fundamento: a auto-educação social das pessoas, como condição fundamental para o convívio e a cooperação frutífera com outras. Vivemos numa época em que cada vez mais as pessoas desabrocham sua individualidade, buscando afirmar-se no mundo como tal. A essência espiritual humana está ligada ao fato de cada ser humano ser portador de um "Eu", constituindo-se em individualidade única, que deve poder se revelar, se manifestar cada vez mais. Mas pagamos um preço social alto por esse processo de individualização do ser humano. Em função dela, nossas relações sociais são cada vez mais marcadas pelo confronto entre individualidades, conflitos, dominação e exploração de uns pelos outros. E como resultado disso temos a calamidade social que vivemos atualmente no mundo, com quase metade da população mundial passando fome, crescimento vertiginoso da violência e de todo

tipo de manifestações de intolerância, segregação social, separações, guerras. Se antes o ser humano era social por natureza, hoje o social precisa ser aprendido e desenvolvido conscientemente, e isso requer um processo constante de auto-educação social dos indivíduos. Precisamos aprender a ouvir e perguntar, numa época em que tendemos mais a falar, criticar, julgar. Precisamos aprender a co-operar, numa época em que cada um tende a querer se impor e a competir. Sem isso, nenhum progresso social duradouro se tornará possível. Como criadores da vida social que de fato somos, dando origem e participando dos mais diversos grupos, instituições e organizações, precisamos conhecer e aprender a cuidar das condições para o seu desenvolvimento saudável. É nisso que se propõe a contribuir o impulso da Pedagogia Social, que esse Boletim quer nutrir. Que cada um dos leitores possa encontrar em seu conteúdo algo que o inspire e o ajude a trilhar o caminho do auto-desenvolvimento no âmbito social.

Boa leitura a todos!

Jos Schoenmaker, membro do Círculo da Divulgação da Associação de Pedagogia Social

TUDO EM SEU LUGAR

Fernando Pessoa

Navegue, descubra tesouros, mas não os tire do fundo do mar, o lugar deles é lá.

Admire a lua, sonhe com ela, mas não queira trazê-la para a terra.

Curta o sol, se deixe acariciar por ele, mas lembre-se que o seu calor é para todos.

Sonhe com as estrelas, apenas sonhe, elas só podem brilhar no céu.

Não tente deter o vento, ele precisa correr por toda parte, ele tem pressa de chegar sabe-se lá onde.

Não pare a chuva, ela quer cair e molhar muitos rostos, não pode molhar só o seu.

Descubra-se todos os dias, deixe-se levar pelas vontades, mas não enlouqueça por elas.

Procure, sempre procure o fim de uma história, seja ela qual for.

Acelere seus pensamentos, mas não permita que eles te consumam.

Abasteça seu coração de fé, não a perca nunca.

Mergulhe de cabeça em seus desejos e satisfaça-os.

Arrependa-se, volte atrás, peça perdão!

Não se acostume com o que não o faz feliz, revolte-se quando julgar necessário.

Alague seu coração de esperanças, mas não deixe que ele se afogue nelas.

Se achar que precisa voltar, volte!

Se perceber que precisa seguir, siga!

Se estiver tudo errado, comece novamente.

Se estiver tudo certo, continue.

Se sentir saudades, mate-a

Se perder um amor, não se perca! Se achá-lo, seguro-o!

CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO

John Hogervorst

A influência da economia moderna é literal e figurativamente sem limites. Em algumas partes do mundo interesses econômicos são determinantes para questões de guerra e paz, a continuidade de sistemas políticos ou a permanência de regimes ditatoriais. Estruturas econômicas fazem desaparecer culturas agrícolas tradicionais e as substituem por monoculturas. Desta maneira terras agrícolas empobrecem e surge localmente escassez de alimentos. O pensamento de curto prazo, provocado pelo lucro econômico, leva a desmatamento e outras formas de interferência a ecossistemas. Como consequência da exigência por eficiência e lucratividade, tratam-se as pessoas que trabalham na economia como fatores de produção substituíveis. Na esperança de poder participar de atividades econômicas e bem estar, uma correnteza de milhões de pessoas se deslocam no mundo: do campo para as metrópoles, de regiões pobres para áreas de riqueza. Forças econômicas influenciam a legislação e as medidas governamentais. Fatores econômicos determinam e "pintam" a forma e conteúdo do ensino e são argumento principal para a aplicação de descobertas científicas e tecnológicas. A economia se apodera de eventos esportivos e expressões culturais e os transforma em atividade econômica. A economia levou a um novo ramo de pesquisa e atividade, o da pesquisa de mercado, marketing e propaganda, que reduz o ser humano a um consumidor. A economia moderna define a vida do homem moderno de forma imensurável.

Neste livro são feitas perguntas sobre esta realidade das coisas. Porque, apesar de tudo, o curso que a economia segue, e a influência que ela exerce sobre o ser humano e a terra, não é um processo natural. Seja como for, em última análise é a ação humana que define a forma que se dá à economia, os limites que se estabelecem e o objetivo ao qual ela serve.

Com esta última colocação chegamos imediatamente perto do cerne do problema: existe alguma consciência do fato que o ser humano é quem define a economia; que é possível dar à economia uma forma e com isto também um objetivo?

Poucas pessoas sabem que Rudolf Steiner se ocupou também com a questão da economia. Ele fez isto principalmente na última fase da primeira guerra mundial e nos anos subsequentes. Neste período ele formulou seus pensamentos sobre a trimembração do organismo social. Na vida social do ser humano, ele distingue três âmbitos. Em cada um destes âmbitos uma necessidade humana se expressa:

- na vida espiritual a necessidade pelo desenvolvimento e exercício de habilidades e compreensão humanas. É o campo da educação, cultura, religião e ciência.
- na vida jurídica a necessidade pelo ordenamento e regulamentação justa do convívio com outros seres humanos. É o campo do estado e da justiça, democraticamente dada forma.
- na vida econômica a necessidade pela satisfação daquilo que o ser humano precisa para poder viver: alimentos, vestimentas, moradia, etc.

Um organismo social saudável, diz Steiner, se ordena de tal forma que se atende a cada uma destas três necessidades, que na verdade compreendem tudo que vive no ser humano. Isto significa que cada um destes três campos pode se desenvolver de acordo com sua própria natureza. Cada âmbito deve possuir sua própria autonomia para poder atender à necessidade central dele. Uma vez que cada ser humano está em cada um destes três campos, esta "membrança" em três não é uma divisão artificial de algo que deveria ser uma unidade. Não, é um ordenamento vital de funções, que justamente quando dada sua autonomia, podem entrar em intercâmbio mútuo e saudável e assim se desenvolver melhor que quando se misturam, como é o caso até agora.

Quer dizer..... se e na medida em que o ser humano almeja uma sociedade socialmente saudável. Porque num organismo social trimembrado pode existir liberdade no âmbito do desenvolvimento e exercício de habilidades humanas; pode reinar igualdade no âmbito em que se dá forma à relação entre as pessoas e pode reinar fraternidade no âmbito onde se satisfaz a necessidade humana por bens materiais. Isto não é uma descrição de uma situação que cada um pode reconhecer em si mesmo como imagem ideal?

Na sociedade moderna ainda não se chegou a uma trimembrança social: o que deveria ser distinguido, se mistura ainda de forma difusa. Principalmente a vida econômica tem uma forte tendência de se manifestar por todo lado e subordinar tudo a si. Isto leva à falta de liberdade no campo da vida espiritual, falta de igualdade no campo da vida jurídica e a uma prática econômica onde fraternidade não se realiza.

Toda mudança da sociedade tem seu início na consciência do ser humano. Karl Marx contestou este pensamento. De acordo com ele, a economia determinava tudo e cultura, religião ou filosofia eram nada mais que a fumaça que saía das chaminés dos locais de atividade econômica: ideologia que não exerce influência sobre a realidade social. É curioso que este pensamento de Marx continua vivo até os dias de hoje e se tornou quase universal embora quase não se reconheça como um pensamento originário dele. Porque exatamente a influência do pensamento de Marx no decorrer da história do século 20, mostra o seu equívoco. Sua ideologia exerceu uma grande influência sobre a realidade social.

Por isso se perguntou acima, até que ponto há consciência no nosso tempo de que é o homem que determina a economia. Poderia se pensar que não é possível que seja o caso em muitas pessoas, ou devemos aceitar que nós, em grande maioria, estamos satisfeitos com a economia e as consequências da economia que conhecemos agora? A prática atual da economia é a prática que queremos?

Para Rudolf Steiner uma economia saudável é uma economia em que a satisfação da necessidade do consumidor forma o início da atividade econômica. É papel da economia satisfazer esta necessidade, respeitando os limites colocados para a economia.

Trata-se de dois limites. Um limite resulta de circunstâncias geográficas e naturais: a vida econômica numa determinada região forçosamente precisa se orientar pelas circunstâncias geográficas e naturais desta região. Assim, não é possível explorar matéria prima ou recursos naturais onde não existem. Este limite é um limite existente e dado.

O segundo limite é um limite que deve ser criado pelo homem. Trabalho humano não é mercadoria e não pode ser tratado como tal. Afinal de contas trabalho humano é invendável; apenas o *resultado do trabalho* pode ser vendido. Na economia atual, com seu mercado de trabalho, age-se como se trabalho fosse mercadoria. Para quem realmente se dá conta, uma prática insustentável e desumana.

Num organismo trimembrado deveria ser determinado o volume e a duração do trabalho que deve ser prestado pelo homem dentro do quadro de uma vida jurídica cuja forma é dada democraticamente. E o que é determinado a respeito disto é para a vida econômica um dado fixo o segundo limite.

Dentro destes limites acontece num organismo social trimembrado a vida econômica. Produzir, distribuir e consumir mercadorias, constituem as atividades econômicas necessárias para satisfazer a necessidade do consumidor. Para que estas atividades possam ser feitas de maneira otimizada já que numa economia saudável ninguém tem interesse no desperdício de trabalho humano ou matéria prima é preciso que haja capacidade e profissionalidade. Como e onde se produz, como se organiza o mais eficiente possível a distribuição de mercadorias, são perguntas às quais as pessoas ativas na vida econômica com base na sua profissionalidade melhor podem dar resposta.

Além disto existe ainda a pergunta de que maneira se consegue que tudo que acontece na vida econômica, de fato fique a serviço da necessidade do consumidor. Para isto precisamos primeiro olhar a questão da propriedade de terra e meios de produção. Na prática atual os direitos de propriedade fazem parte da vida econômica, quer dizer são comerciáveis. Um pedaço de terra, uma fábrica com máquinas de produção são comerciáveis, assim como ações de uma empresa o são. O efeito social desta regulamentação do direito de propriedade é desastroso.

Estritamente na qualidade de proprietário ou acionista, este contribui apenas em medida muito modesta ao possível florescimento da vida econômica. O proprietário coloca capital à disposição, possibilitando que as pessoas as quais na prática trabalham com este capital o empreendedor e seus colaboradores possam contribuir para a produção ou distribuição. São a capacidade, profissionalidade e o empenho do empreendedor e seus colaboradores que determinam, de modo destacado, se este capital está sendo empregado bem economicamente. Apesar disto, a remuneração que o proprietário (acionista) em muitos casos recebe pelo fato de colocar capital à disposição, excede em muito o razoável. Seria razoável se o proprietário recebesse como contrapartida pela disponibilização do capital, uma recompensa comparável com uma recompensa de juros, que é normal para tal volume de capital. Exatamente nos últimos decênios podemos ver como a comercialização de propriedades (por

exemplo de ações) tem levado a rendimentos exageradamente altos: o rendimento não conserva mais uma relação justa com a disponibilização de capital.

Além disto podemos ver como esta forma de lidar com o direito de propriedade ainda tem outras conseqüências: o proprietário (acionista) parece não estar interessado ou envolvido com um desenvolvimento saudável de longo prazo da empresa em que ele é (co)proprietário, mas sim num rendimento máximo num prazo mínimo para o seu capital. Em geral eles mostram menos interesse na maneira em que este rendimento é atingido, se isto serve também aos interesses dos que trabalham na empresa, e se com isto não se prejudica pessoas ou meio ambiente. Cada vez mais se constata que o interesse de curto prazo do proprietário (acionista) domina a gestão de empresas. Assim, a atividade econômica cada vez mais se orienta para o interesse (de lucro) do proprietário e não para a satisfação da necessidade do cliente.

Rudolf Steiner propôs que se diferenciasse o direito de propriedade, distinguindo entre direito de propriedade e direito de uso. Terra e meios de produção não mais deveriam ser comerciáveis e deveriam ser colocados à disposição do empreendedor por órgãos reguladores de direito de propriedade com base em contratos. Como exemplo de um órgão deste tipo, podemos pensar no contexto da atualidade de uma fundação de utilidade pública. No momento em que terra e meios de produção não são mais comerciáveis, não haverá mais um proprietário interessado (pessoalmente) no aumento do valor da sua propriedade. Isto permite que haja espaço para adotar outros critérios para conceder o direito de uso a um empreendedor: uma terra agrícola não será mais vendida a quem oferece mais (quem por outro lado deverá considerar o seu valor de compra a futuros compradores), mas será colocada à disposição do empreendedor mais capacitado com base na sua capacidade ou experiência, e cuja intenção com a terra vem mais ao encontro do que p.ex. está definido nos objetivos da fundação. Quando então o referido empreendedor terminar seu empreendimento, ele mesmo, em concordância com a fundação, procura um próximo empreendedor que satisfaz aos critérios existentes.

Fazendo distinção entre o direito de propriedade e o de uso, a vida econômica ficará libertada da pressão (dos proprietários), hoje praticamente inevitável, por lucros (crescentes). Assim, pode-se voltar o olhar para a necessidade do consumidor, pois se trata em todas as atividades econômicas de satisfazer da forma mais eficiente possível suas necessidades.

Para que isto se torne possível, deveriam ser criados novos órgãos de cooperação, os quais Rudolf Steiner chamou de associações. Estes órgãos deveriam consistir de todos "membros" que existem dentro da vida econômica: consumidor, comerciante e produtor. Nestes órgãos deveria se fazer uma negociação estruturada que levasse à compreensão da necessidade do consumidor e da forma em que esta necessidade pode ser atendida. Nesta negociação se unem e se relacionam necessidades, experiências, informações e interesses, de forma que se possa trabalhar, não no interesse particular, mas no interesse de todos os envolvidos. Porque é exatamente neste ponto que encontra o grande defeito da prática

econômica moderna: cada um age de acordo com seu interesse particular e o interesse comum, que está acima do particular, não se torna visível. Numa economia saudável trabalha-se em benefício do interesse comum e as associações formam os órgãos em que este interesse comum pode ser formulado. Aí também se reconhecerá o que há muito tempo já é fato: a vida econômica baseia-se em interdependência. O que um se apropria a mais, faltará a um outro.

A distinção entre o direito de propriedade e direito de uso cuida que ninguém poderá exigir demais, com base em reivindicações de propriedade. A negociação nas associações trará à luz o que é razoável para ser atribuído a cada um e assim as associações exercem um papel crucial na formação do "preço justo", um conceito chave na visão de Rudolf Steiner sobre a vida econômica. Quando uma mercadoria estiver com um preço justo, todos que tem contribuído para a produção e distribuição de uma mercadoria poderão de forma razoável atender à sua necessidade de vida durante o período necessário para realizar novamente um mesmo feito econômico. Assim se pode ler o grau da "saúde social" da economia do fato de se empregar ou não um preço justo. Se o preço de uma mercadoria estiver baixo demais, um número grande demais de pessoas estarão trabalhando para produzir e distribuí-lo ou se faz injustiça a eles ou uma parte deles. Se o preço de uma mercadoria for alto demais, um número

reduzido demais de pessoas estão trabalhando para produzir e distribuir esta mercadoria ou eles (ou uma parte deles) se apropriam demais.

Assim indicamos de forma compacta como Rudolf Steiner via a vida econômica dentro do organismo social trimembrado. Nos textos deste livro, elabora-se mais especialmente a importância das associações. A questão da propriedade será abordada numa futura publicação nesta série.

Muitos leitores se perguntarão de que forma, aquilo que eles possivelmente podem reconhecer neste livro como desejável, poderá se tornar também realidade social. Parece que ideal e prática se separam por um abismo insuperável. Quando, porém, se pode experimentar como necessidade uma prática econômica na direção do que Rudolf Steiner descreve neste livro, então a única pergunta certa que pode ser feita é: o que eu posso fazer para contribuir para tal? Cada um que seriamente se coloca esta pergunta, deverá encontrar uma resposta adequada.

Este texto foi escrito como introdução para uma edição da palestra de Rudolf Steiner de 16 fevereiro de 1921 A Necessidade de Associações.

*Tradução: Hermanus J Meijerink
Holambra, 19 de maio de 2003.*

A Lei Social Principal e o Desenvolvimento Social Sustentável **Algumas reflexões sobre "Economia e Sociedade à luz da Ciência Espiritual"**

Jos Schoenmaker

Hoje em dia muito se fala em desenvolvimento sustentável, que surge como questão e preocupação exatamente porque praticamente todo progresso científico e tecnológico da atualidade vem representando mais uma ameaça do que uma contribuição à sustentabilidade da relação do ser humano com seu ambiente em sua dimensão natural, social e espiritual. O progresso vem se mostrando insustentável em sua dimensão natural, porque o ritmo de uso e destruição dos recursos naturais há muito vem extrapolando a capacidade de sua renovação pela própria Natureza. Mostra-se insustentável em sua dimensão social, porque não obstante todo progresso científico e tecnológico, mais da metade da humanidade vive ainda em condições sub-humanas, miseráveis e o fosso entre ricos e pobres continua crescendo. A violência se tornou endêmica em nossa sociedade, multiplicam-se os conflitos e as guerras, e a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos. Em sua dimensão espiritual, porque o pensar materialista da nossa época só é capaz de apreender o âmbito material, do não vivo, e vem se mostrando totalmente inadequado para compreender a vida, a realidade supra-sensível que está na base e na origem de tudo que é realidade fisicamente perceptível. A Antroposofia, como ciência espiritual, traz uma enorme contribuição para a superação das limitações deste modo de pensar, que está na base de praticamente todo progresso científico e tecnológico da atualidade, progresso este que vem gerando frutos num processo que a cada dia vem se mostrando

mais insustentável.

Em 3 artigos publicados em 1905/1906 (re-editados pela Editora Antroposófica sob o nome "Economia e Sociedade à luz da Ciência Espiritual") Rudolf Steiner trata desta relação da Ciência Espiritual com a questão social. Nestes artigos ele afirma que "*Quem quer atuar na vida deve primeiro compreendê-la, deve conhecer as suas leis*", constatando que "*o grande engano da atualidade, neste sentido, é justamente qualquer um considerar-se apto a compreender a vida, ainda que não tenha estudado as suas leis básicas, nem treinado o pensar, para então perceber as suas verdadeiras forças*". Nestes artigos está o germe e a essência do que foi desenvolvido por ele posteriormente como compreensão da Trimemoração do Organismo Social. No último destes artigos ele traz o enunciado da Lei Social Principal, a qual assim denominou porque "*esta lei tem uma validade para a vida social tão exclusiva e necessária como é válida uma lei natural para uma determinada área de fenômenos naturais*".

Diz essa Lei:

"O bem de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto será tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ceder destes resultados a seus colaboradores, e quanto mais suas necessidades forem satisfeitas não por seu próprio trabalho, mas pelo dos demais".

Em reação à crítica daqueles que consideram essa lei expressão de um "idealismo horripilante", Steiner deixa

claro que ela é mais prática do qualquer outra idealizada ou introduzida por um "prático": qualquer instituição (seja ela empresa, escola, ong ou instituição governamental) só pode existir socialmente na medida em que, em parte, corresponde a esta lei, ao mesmo tempo em que em parte também necessariamente a contradiz. *"Assim deve ser por toda parte, quer se queira quer não, pois qualquer integralidade de pessoas seria desfeita se o trabalho do indivíduo não fluísse para o todo"*. Realmente, a existência de qualquer organização se deve única e exclusivamente ao fato de atender com seu trabalho as necessidades de outros. Vivemos numa sociedade que se caracteriza pela divisão de trabalho, que faz com que o nosso trabalho esteja necessariamente atendendo a necessidades de outro, ao mesmo tempo em que nossas necessidades são satisfeitas não por nosso próprio trabalho mas pelo resultado do trabalho de outros. Todo progresso social se deve a este fato. Basta imaginar o estágio primitivo em que ainda nos encontraríamos se as necessidades de cada um tivessem que ser satisfeitas por seu próprio trabalho cada um cultivando seu próprio alimento, tecendo sua própria roupa, etc estaríamos ainda na "idade da pedra". Assim, da divisão de trabalho, do fato de uns estarem de fato trabalhando para outros, resulta todo progresso social. Mas, prossegue Rudolf Steiner no mencionado livrinho *"o egoísmo humano sempre contrariou esta lei. Ele procurou extrair do trabalho o máximo de proveito para o próprio indivíduo. E toda penúria, pobreza e miséria sempre foram consequência deste egoísmo... Isto quer dizer que instituições humanas criadas por "práticos" que levaram em conta o egoísmo sempre resultam ineficientes"*. Tais resultados mostram-se, como diríamos hoje, "socialmente insustentáveis". Um destes "práticos" que levaram em conta o egoísmo e que vem se mostrando socialmente ineficiente é Adam Smith, cujo pensamento está na origem do Liberalismo, cuja máxima reza o seguinte: *"Quanto mais cada um se empenhar da forma mais consequente possível pelo interesse próprio, disso resultará automaticamente o bem estar geral"*. Adam Smith chegou a esta conclusão no século XVIII, a partir de sua Investigação sobre o Progresso das Nações. De fato, o capitalismo até hoje fundamenta sua atuação nesta máxima. Se de um lado é inegável a contribuição que o capitalismo trouxe para o progresso no campo econômico, tecnológico, etc, por outro lado, é mais do que evidente que disto nunca resultou *"automaticamente o bem estar geral"*. Pelo contrário, as desigualdades sociais só vem crescendo no mundo. A título de ilustração- a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 11 vezes em 1913, 30 vezes em 1960 e 72 vezes em 1998! Como resultado, no mundo atual uma minoria cada vez menor tem a possibilidade de satisfazer necessidades cada vez mais sofisticadas enquanto crescente maioria não consegue satisfazer sequer as necessidades mais básicas!

O Liberalismo contribui para o progresso na medida em que cria um ambiente que estimula a mobilização das capacidades humanas, a utilização dos talentos através do trabalho. Como vivemos numa sociedade regida pela divisão de trabalho, o trabalho de cada um se volta necessariamente para a satisfação de necessidades (reais ou forjadas) de outros. A divisão de trabalho faz com que eu só consiga gerar com meu trabalho um benefício para mim mesmo, sem antes eu

gerar com meu trabalho um benefício (real ou forjado) para outros. Na mesma medida em que este trabalho contribui para a satisfação de reais necessidades de outros, contribui também para o progresso econômico-social.

Sendo assim, o trabalho tem, em si, um caráter social- ele se destina a atender a necessidades de outros. Mas enquanto a motivação para o trabalho continuar sendo egoísta- visando extrair dele o máximo de benefício para si próprio, nesta mesma medida, estará contribuindo para gerar sofrimento e miséria social em algum elo da cadeia social.

Por isso mesmo, no referido ensaio Rudolf Steiner afirma que *"fica claro que ela (a Lei Social Principal) não diz nada menos do que: o bem estar humano é tanto maior quanto menor for o egoísmo"*. O desafio central que se coloca então é a superação da motivação egoísta do trabalho. Para tal é necessário que a necessidade do outro possa se transformar no motivo, na razão de ser do trabalho de cada um. Na atualidade o trabalho se dá cada vez mais no contexto de organizações, instituições, empresas, as quais se inserem em comunidades, às quais Steiner denomina de integridades. *"Da mesma forma, prossegue Steiner, é necessário que quem deve trabalhar para uma integralidade também reconheça o valor, a natureza e o significado desta integralidade. Porém isso ele só conseguirá se essa integralidade for algo completamente diferente de uma mera soma indefinida de indivíduos. Ela deve estar imbuída de um espírito real do qual todos participem; deve ser de tal natureza que cada um possa dizer: ela é certa e quero que seja assim. Essa integralidade deve ter uma missão espiritual e cada qual deve querer contribuir para que essa missão se realize"*. Encontrar no outro a razão de ser para o seu trabalho, e/ou a identificação com a missão da organização para a qual se trabalha, levando cada um a querer livremente contribuir para a sua realização se apresenta assim como a primeira condição para a superação do egoísmo, do interesse próprio, como motivação para o trabalho. Por isso mesmo Steiner conclui: *"a tarefa hoje consiste em conduzir os homens a uma situação em que cada um realize o trabalho para a integralidade a partir de seu próprio impulso interior"*. Mas Steiner deixa claro que não é qualquer missão que pode despertar o impulso para a superação de forças egoístas. Ele indica claramente que essa missão tem que ter caráter *espiritual*, fundamentada numa *"cosmovisão espiritual que por si mesma, pelo que tem a oferecer, se introduza nos pensamentos, nos sentimentos e na vontade, ou seja, na alma humana como um todo"*.

Se a superação do egoísmo tem como primeira condição que o indivíduo possa encontrar no outro o motivo, a razão de ser para o seu trabalho, a condição complementar é que *"cada indivíduo deve ser mantido pelo trabalho dos demais"*. Isso fala por si: se a medida do bem estar do indivíduo, em termos de atendimento de suas necessidades materiais, está diretamente vinculado ao próprio trabalho, como o é hoje, através dos salários, remuneração de serviços, etc, forçosamente este indivíduo continuará trabalhando para si mesmo. Por isso mesmo Steiner enfatiza que: *"O importante aqui é que trabalhar para o próximo e ter determinada receita sejam coisas totalmente separadas"*

uma da outra”.

Assim, Steiner indica duas condições complementares e interdependentes para a superação da motivação egoísta do trabalho, do que em última análise depende o progresso social:

- a) que cada indivíduo possa encontrar no outro ou na missão espiritual da organização que integra o motivo para o seu trabalho e,
- b) que cada indivíduo seja suprido em suas necessidades pelo trabalho dos demais, de maneira a que a receita que ele recebe para atender as suas necessidades seja desvinculado do trabalho que realiza para o próximo.

Se à luz destas duas condições olharmos para a realidade atual do trabalho no âmbito das organizações- sejam elas da esfera econômica, social ou cultural- veremos que há significativos avanços no que diz respeito à primeira condição: cada vez mais pessoas buscam e encontram no outro ou na missão espiritual de sua organização a razão de ser maior de seu trabalho e se mostram capazes de grandes sacrifícios pela realização dos ideais que norteiam seu trabalho. No entanto, são praticamente nulos os avanços no que se refere à segunda condição: o bem estar de cada indivíduo, no que diz

Respeito ao atendimento de suas necessidades materiais, continua sendo determinado basicamente pela receita que cada um recebe em função de seu próprio trabalho. E nesta mesma medida, as pessoas continuam forçosamente trabalhando para si mesmas, mantendo-se assim atreladas ao egoísmo: “*Quem trabalha para si sucumbe, aos poucos, necessariamente ao egoísmo*”.

Fica a questão: de que formas podem trabalho e receita serem separadas uma da outra? Que práticas existem hoje que trazem um avanço nesta direção? Num próximo número esperamos poder trazer uma contribuição frente a estas questões.

Esperamos que o que até aqui foi escrito contribua para instigar a reflexão e estimule os leitores a beber direto da fonte, através do estudo do mencionado livrinho de Rudolf Steiner.

Jos Schoenmaker, consultor do Núcleo Maturi-Ecologia Social, membro da Associação de Pedagogia Social e da Association for Social Development

ACONTECEU

Exceto o Seminário de Pedagogia Social Introdução de 1988 que aconteceu em Florianópolis, todos os outros sempre aconteceram em São Paulo, sendo que desde a construção do Centro Paulus em 1981 este foi sempre o local de realização.

Mas a demanda está crescendo e assim de 10 a 18 de abril foi realizado o segundo Seminário de Introdução fora de São Paulo. E foi no Hotel Serra da Moeda na cidade de Moeda, perto de Belo Horizonte

Depois de um grande esforço de organização e divulgação pela equipe composta por Berê, Thais, Luciana Pinheiro, Maria Angélica e Hélcio o seminário aconteceu com 12 participantes e 5 integrantes da coordenação: Berê, Lu, Hélcio, Hermanus e Endre.

Tivemos um rico processo de preparação do seminário onde além dos aspectos tradicionais, tivemos que nos familiarizar com o local. Para nossa grande sorte, o casal dono do hotel foi de uma receptividade incrível e as coisas só não foram melhores onde nós deixamos de solicitar alguma melhoria. As serras da Moeda foram exploradas em agradáveis caminhadas. O clima ajudou muito pois, durante o seminário, não tivemos qualquer chuva e ainda fomos brindados por uma linda lua cheia na noite do teatro.

Quanto ao processo do seminário em si, acabamos incorporando a novidade do ano passado e não realizamos palestras formais nos dois primeiros dias. Os conteúdos foram extraídos a partir de exercícios de habilidades sociais que inclusive serviram de apoio às primeiras reuniões dos grupos iniciais. O teatro foi baseado num conto tibetano “O

Relato do Seminário de Pedagogia Social Introdução 2003- Minas Gerais

Endre Paulo Kiraly

Quadro de Pano” e foi apresentado com muita criatividade pelo grupo todo.

Graças à presença de uma artista plástica na coordenação (Lu) o processo de atividade artística foi muito enriquecido, sem deixar de ser pedagógico-social.

Grande parte do seminário ocorreu na semana entre o Domingo de Ramos e a Sexta-feira Santa e o tema da Páscoa esteve presente como pano de fundo de todo o seminário.

Uma das características mais marcantes deste seminário foi que, talvez devido aos dois dias de preparativos prévios que aconteceram em novembro, os intensos preparativos que aconteceram ao longo do início do ano e o pequeno número de participantes, o ritmo para a coordenação foi “humano”. Não chegamos a sair lépidos, prontos para outra no dia seguinte, mas tampouco “desabamos” durante o seminário nem saímos exauridos como é o nosso costume.

Consideramos a avaliação como um todo tão positiva que já marcamos a data do seminário do próximo ano (15 a 23 de abril).

No final, ficou-nos a certeza de que estes seminários regionais devem continuar pois desta vez uma semente foi plantada em Minas e se bem cuidada pode trazer muitos frutos para a região. Quem sabe, gradativamente, outras regiões podem ser novos berços deste impulso.

Endre Paulo Kiraly, membro fundador da Associação de Pedagogia Social, membro do Círculo de Seminários e consultor de empresas

DEPOIMENTO

O Seminário de Pedagogia Social Grupos apresentou uma série de contribuições conceituais, atividades artísticas e exercícios práticos sobre a dinâmica de grupos, os quais nos ajudaram a compreender a complexidade e, ao mesmo tempo, a possível magia da interação entre pessoas, seja em grupos de estudos, sociais ou de trabalho. Certamente, após termos aprendido diversos aspectos sobre os grupos, a nossa ida para o mundo será muito mais consciente e harmonizadora. Poderemos ser indivíduos atuando em busca da diminuição de bloqueios que normalmente ocorrem nos grupos dos quais fazemos parte, assim como indivíduos agindo para o constante desenvolvimento desses grupos e, conseqüentemente, de cada um dos seus integrantes.

Muito obrigada, novamente, pelo aprendizado.

Ana Paula Döring *participante do curso*

O SPS-I (Indivíduo) de julho último foi um sucesso!

Conduzidos amorosamente pelo grupo de coordenadores e coordenadoras a cargo do seminário, tivemos nossos corações e mentes despertados para a inexorável interdependência entre o individual e o coletivo, as nossas capacidades e as nossas necessidades, "o nosso inspirar e o nosso expirar"; enfim, fomos acordados para a razão e a relevância de nossas vidas e ações no processo de construção da realidade social que desejamos.

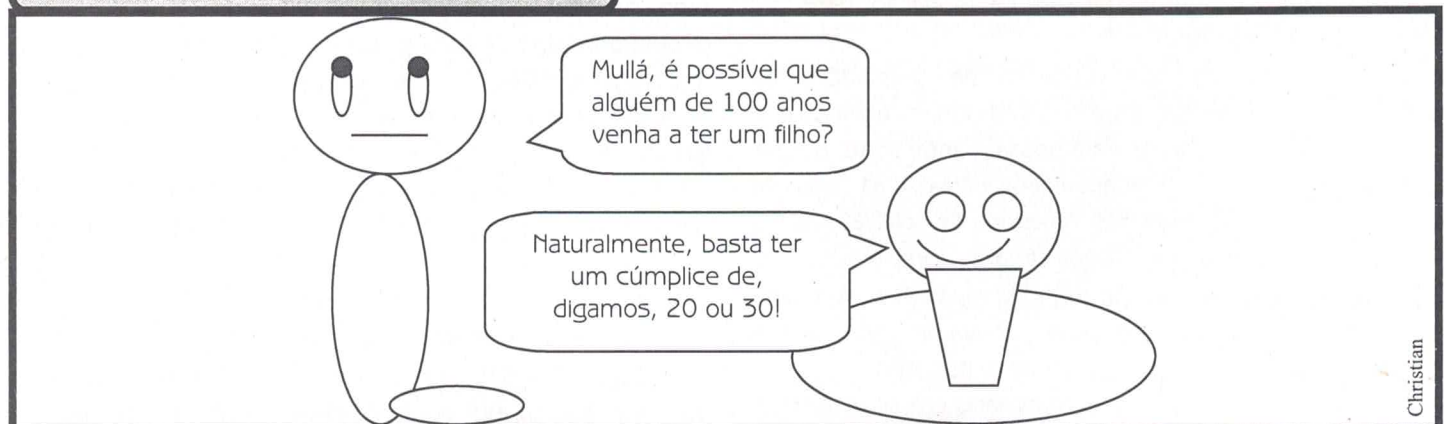
A todos - equipe de coordenação, pessoal do Centro Paulus e colegas participantes muito obrigado e uma ótima caminhada!

"Saudável só é quando
No espelho da alma humana
Se forma a comunidade inteira
E quando na comunidade
Vive a força da alma individual"
(Rudolf Steiner)

Walter Wey *participante do curso*

Cada homem tem seu lugar no mundo e no tempo que lhe é concedido. Sua tarefa nunca é maior que a sua capacidade para poder cumpri-la. Ela consiste em preencher seu lugar, em servir a Verdade e aos Homens.

Guimarães Rosa

COMIX Nasrudin



A Lei Social Principal e o Desenvolvimento Social Sustentável

Reflexões sobre
"Economia e Sociedade à luz da Ciência Espiritual"

por Jos Schoenmaker

Hoje em dia muito se fala em desenvolvimento sustentável, que surge como questão e preocupação exatamente porque praticamente todo progresso científico e tecnológico da atualidade vem representando mais uma ameaça do que uma contribuição à sustentabilidade da relação do ser humano com seu ambiente em sua dimensão natural, social e espiritual. O progresso vem se mostrando insustentável em sua dimensão natural, porque o ritmo de uso e destruição dos recursos naturais há muito vem extrapolando a capacidade de sua renovação pela própria Natureza. Mostra-se insustentável em sua dimensão social, porque não obstante todo progresso científico e tecnológico, mais da metade da humanidade vive ainda em condições subumanas, miseráveis e o fosso entre ricos e pobres continua crescendo. A violência se tornou endêmica em nossa sociedade, multiplicam-se os conflitos e as guerras, e a concentração de poder econômico e político nas mãos de poucos. Em sua dimensão espiritual, porque o pensar materialista da nossa época só é capaz de apreender o âmbito material, do não vivo, e vem se mostrando totalmente inadequado para compreender a vida, a realidade supra-sensível que está na base e na origem de tudo que é realidade fisicamente perceptível. A Antroposofia, como ciência espiritual, traz uma enorme contribuição para a superação das limitações deste modo de pensar, que está na base de

praticamente todo progresso científico e tecnológico da atualidade, progresso este que vem gerando frutos num processo que a cada dia vem se mostrando mais insustentável.

Em 3 artigos publicados em 1905/1906 (reeditados pela Editora Antroposófica sob o nome "Economia e Sociedade à luz da Ciência Espiritual") Rudolf Steiner trata desta relação da Ciência Espiritual com a questão social. Nestes artigos ele afirma que "Quem quer atuar na vida deve primeiro compreendê-la, deve conhecer as suas leis", constatando que "o grande engano da atualidade, neste sentido, é justamente qualquer um considerar-se apto a compreender a vida, ainda que não tenha estudado as suas leis básicas, nem treinado o pensar, para então perceber as suas verdadeiras forças". Nestes artigos está o germe e a essência do que foi desenvolvido por ele posteriormente como compreensão da Trimembração do Organismo Social. No último destes artigos ele traz o enunciado da Lei Social Principal, a qual assim denominou porque "esta lei tem uma validade para a vida social tão exclusiva e necessária como é válida uma lei natural para uma determinada área de fenômenos naturais".

Diz essa Lei:

"O bem de uma integralidade de pessoas que trabalham em conjunto será tanto maior quanto menos o indivíduo exigir para si os resultados de seu trabalho, ou seja, quanto mais ceder destes resultados a seus colaboradores, e quanto mais suas necessidades forem satisfeitas não por seu próprio trabalho, mas pelo dos demais".

Em reação à crítica daqueles que consideram essa lei expressão de um "idealismo horripilante", Steiner deixa claro que ela é mais prática do que qualquer outra



idealizada ou introduzida por um "prático": qualquer instituição (seja ela empresa, escola, "ONG" ou instituição governamental) só pode existir socialmente na medida em que, em parte, corresponde a esta lei, ao mesmo tempo em que em parte também necessariamente a contradiz. "Assim deve ser por toda parte, quer se queira quer não, pois qualquer integralidade de pessoas seria desfeita se o trabalho do indivíduo não fluísse para o todo". Realmente, a existência de qualquer organização se deve única e exclusivamente ao fato de atender com seu trabalho as necessidades de outros. Vivemos numa sociedade que se caracteriza pela divisão de trabalho, que faz com que o nosso trabalho esteja necessariamente atendendo a necessidades de outro, ao mesmo tempo em que nossas necessidades são satisfeitas não por nosso próprio trabalho mas pelo resultado do trabalho de outros. Todo progresso social se deve a este fato. Basta imaginar o estágio primitivo em que ainda nos encontraríamos se as necessidades de cada um tivessem que ser satisfeitas por seu próprio trabalho - cada um cultivando seu próprio alimento, tecendo sua própria roupa, etc. - estaríamos ainda na "idade da pedra". Assim, da divisão de trabalho, do fato de uns estarem de fato trabalhando para outros, resulta todo progresso social. Mas, prossegue Rudolf Steiner no mencionado livrinho "o egoísmo humano sempre contrariou esta lei. Ele procurou extrair do trabalho o máximo de proveito para o próprio indivíduo. E toda penúria, pobreza e miséria sempre foram conseqüência deste egoísmo... Isto quer dizer que instituições humanas criadas por "práticos" que levaram em conta o egoísmo sempre resultam ineficientes". Tais resultados mostram-se, como diríamos hoje, "socialmente insustentáveis". Um destes "práticos" que levaram em conta o egoísmo e que vem se mostrando socialmente ineficiente é Adam Smith, cujo pensamento está na origem do Liberalismo, cuja máxima reza o seguinte: "Quanto mais cada um se empenhar da forma mais conseqüente possível pelo interesse próprio, disso resultará automaticamente o bem estar geral". Adam Smith chegou a esta conclusão no século XVIII, a partir de sua Investigação sobre o Progresso das Nações. De fato, o capitalismo até hoje fundamenta sua atuação nesta máxima. Se de um lado é inegável a contribuição que o capitalismo trouxe para o progresso no campo econômico, tecnológico, etc., por outro lado, é mais do que evidente que disto nunca resultou "automaticamente o

bem estar geral". Pelo contrário, as desigualdades sociais só vêm crescendo no mundo. A título de ilustração - a diferença entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres era de 11 vezes em 1913, 30 vezes em 1960 e 72 vezes em 1998! Como resultado, no mundo atual uma minoria cada vez menor tem a possibilidade de satisfazer necessidades cada vez mais sofisticadas enquanto crescente maioria não consegue satisfazer sequer as necessidades mais básicas!

O Liberalismo contribui para o progresso na medida em que cria um ambiente que estimula a mobilização das capacidades humanas, a utilização dos talentos através do trabalho. Como vivemos numa sociedade regida pela divisão de trabalho, o trabalho de cada um se volta necessariamente para a satisfação de necessidades (reais ou forjadas) de outros. A divisão de trabalho faz com que eu só consiga gerar com meu trabalho um benefício para mim mesmo, sem antes eu gerar com meu trabalho um benefício (real ou forjado) para outros. Na mesma medida em que este trabalho contribui para a satisfação de reais necessidades de outros, contribui também para o progresso econômico-social.

Sendo assim, o trabalho tem, em si, um caráter social - ele se destina a atender a necessidades de outros. Mas enquanto a motivação para o trabalho continuar sendo egoísta - visando extrair dele o máximo de benefício para si próprio, nesta mesma medida, estará contribuindo para gerar sofrimento e miséria social em algum elo da cadeia social.

Por isso mesmo, no referido ensaio Rudolf Steiner afirma que "fica claro que ela (a Lei Social Principal) não diz nada menos do que: o bem estar humano é tanto maior quanto menor for o egoísmo". O desafio central que se coloca então é a superação da motivação egoísta do trabalho. Para tal é necessário que a necessidade do outro possa se transformar no motivo, na razão de ser do trabalho de cada um. Na atualidade o trabalho se dá cada vez mais no contexto de organizações, instituições, empresas, as quais se inserem em comunidades, às quais Steiner denomina de integralidades. "Da mesma forma, prossegue Steiner, é necessário que quem deva trabalhar para uma integralidade também reconheça o valor, a natureza e o significado desta integralidade. Porém isso ele só conseguirá se essa integralidade for algo completamente diferente de uma mera soma indefinida de indivíduos. Ela deve estar



imbuída de um espírito real do qual todos participem; deve ser de tal natureza que cada um possa dizer: ela é certa e quero que seja assim. Essa integralidade deve ter uma missão espiritual e cada qual deve querer contribuir para que essa missão se realize". Encontrar no outro a razão de ser para o seu trabalho, e/ou a identificação com a missão da organização para a qual se trabalha, levando cada um a querer livremente contribuir para a sua realização se apresenta assim como a primeira condição para a superação do egoísmo, do interesse próprio, como motivação para o trabalho. Por isso mesmo Steiner conclui: "a tarefa hoje consiste em conduzir os homens a uma situação em que cada um realize o trabalho para a integralidade a partir de seu próprio impulso interior". Mas Steiner deixa claro que não é qualquer missão que pode despertar o impulso para a superação de forças egoístas. Ele indica claramente que essa missão tem que ter caráter espiritual, fundamentada numa "cosmo visão espiritual que por si mesma, pelo que tem a oferecer, se introduza nos pensamentos, nos sentimentos e na vontade, ou seja, na alma humana como um todo".

Se a superação do egoísmo tem como primeira condição que o indivíduo possa encontrar no outro o motivo, a razão de ser para o seu trabalho, a condição complementar é que "cada indivíduo deve ser mantido pelo trabalho dos demais". Isso fala por si: se a medida do bem estiver do indivíduo, em termos de atendimento de suas necessidades materiais, está diretamente vinculado ao próprio trabalho, como o é hoje, através dos salários, remuneração de serviços, etc., forçosamente este indivíduo continuará trabalhando para si mesmo. Por isso mesmo Steiner enfatiza que:

"O importante aqui é que trabalhar para o próximo e ter determinada receita sejam coisas totalmente separadas uma da outra".

Assim, Steiner indica duas condições complementares e interdependentes para a superação da motivação egoísta do trabalho, do que em última análise depende o progresso social: que cada indivíduo possa

encontrar no outro ou na missão espiritual da organização, que integra o motivo para o seu trabalho, e que cada indivíduo seja suprido em suas necessidades pelo trabalho dos demais, de maneira a que a receita que ele recebe para atender as suas necessidades seja desvinculada do trabalho que realiza para o próximo. Se à luz destas duas condições olharmos para a realidade atual do trabalho no âmbito das organizações - sejam elas da esfera econômica, social ou cultural - veremos que há significativos avanços no que diz respeito à primeira condição: cada vez mais pessoas buscam e encontram no outro ou na missão espiritual de sua organização a razão de ser maior de seu trabalho e se mostram capazes de grandes sacrifícios pela realização dos ideais que norteiam seu trabalho. No entanto, são praticamente nulos os avanços no que se refere à segunda condição: o bem estar de cada indivíduo, no que diz respeito ao atendimento de suas necessidades materiais, continua sendo determinado basicamente pela receita que cada um recebe em função de seu próprio trabalho. E nesta mesma medida, as pessoas continuam forçosamente trabalhando para si mesmas, mantendo-se assim atreladas ao egoísmo: "Quem trabalha para si sucumbe, aos poucos, necessariamente ao egoísmo".

Fica a questão: de que formas podem trabalho e receita serem separadas uma da outra? Que práticas existem hoje que trazem um avanço nesta direção? Num próximo número esperamos poder trazer uma contribuição frente a estas questões.

Esperamos que o que até aqui foi escrito contribua para instigar a reflexão e estimule os leitores a beber direto da fonte, através do estudo do mencionado livrinho de Rudolf Steiner.

Jos Schoenmaker,
consultor do Núcleo Maturi-
Ecologia Social,
membro da Associação de
Pedagogia Social e da
Association for Social
Development



CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO

por John Hogervorst

A influência da economia moderna é literal e figurativamente sem limites. Em algumas partes do mundo interesses econômicos são determinantes para questões de guerra e paz, a continuidade de sistemas políticos ou a permanência de regimes ditatoriais. Estruturas econômicas fazem desaparecer culturas agrícolas tradicionais e as substituem por monoculturas. Desta maneira terras agrícolas empobrecem e surge localmente escassez de alimentos. O pensamento de curto prazo, provocado pelo lucro econômico, leva a desmatamento e outras formas de interferência a ecossistemas. Como consequência da exigência por eficiência e lucratividade, trata-se as pessoas que trabalham na economia como fatores de produção substituíveis. Na esperança de poder participar de atividades econômicas e bem estar, uma correnteza de milhões de pessoas se deslocam no mundo: do campo para as metrópoles, de regiões pobres para áreas de riqueza. Forças econômicas influenciam a legislação e as medidas governamentais. Fatores econômicos determinam e "pintam" a forma e conteúdo do ensino e são argumento principal para a aplicação de descobertas científicas e tecnológicas. A economia se apodera de eventos esportivos e expressões culturais e os transforma em atividade econômica. A economia levou a um novo ramo de pesquisa e atividade, o da pesquisa de mercado, marketing e propaganda, que reduz o ser humano a um consumidor. A economia moderna define a vida do homem moderno de forma imensurável.

Neste livro são feitas perguntas sobre esta realidade das coisas. Porque, apesar de tudo, o curso que a economia segue, e a influência que ela exerce sobre o ser humano e a terra, não é um processo natural. Seja como for, em última análise é a ação humana que define a forma que se dá à economia, os limites que se estabelecem e o objetivo ao qual ela serve.

Com esta última colocação chegamos imediatamente perto do cerne do problema:

existe alguma consciência do fato que o ser humano é quem define a economia; que é possível dar à economia uma forma e com isto também um objetivo?

Poucas pessoas sabem que Rudolf Steiner se ocupou também com a questão da economia. Ele fez isto principalmente na última fase da primeira guerra mundial e nos anos subsequentes. Neste período ele formulou seus pensamentos sobre a trimembração do organismo social. Na vida social do ser humano, ele distingue três âmbitos. Em cada um destes âmbitos uma necessidade humana se expressa:

- Na vida espiritual a necessidade pelo desenvolvimento e exercício de habilidades e compreensão humanas. É o campo da educação, cultura, religião e ciência.
- Na vida jurídica a necessidade pelo ordenamento e regulamentação justa do convívio com outros seres humanos. É o campo do estado e da justiça, democraticamente dado forma.
- Na vida econômica a necessidade pela satisfação daquilo que o ser humano precisa para poder viver: alimentos, vestimentas, moradia, etc.

Um organismo social saudável, diz Steiner, se ordena de tal forma que se atende a cada uma destas três necessidades, que na verdade compreendem tudo que vive no ser humano. Isto significa que cada um destes três campos podem se desenvolver de acordo com sua própria natureza. Cada âmbito deve possuir sua própria autonomia para poder atender à necessidade central dele. Uma vez que cada ser humano está em cada um destes três campos, esta "membração" em três não é uma divisão artificial de algo que deveria ser uma unidade. Não, é um ordenamento vital de funções, que justamente quando dada sua autonomia, podem entrar em intercâmbio mútuo e saudável e assim se desenvolver melhor que quando se misturados, como é o caso até agora.

Quer dizer..... se e na medida em que o ser humano almeja uma sociedade socialmente saudável. Porque num organismo social trimembrado pode existir liberdade no âmbito do desenvolvimento e exercício de habilidades humanas; pode reinar igualdade no âmbito em que se dá forma à relação entre as pessoas e pode reinar fraternidade no âmbito onde se satisfaz a necessidade humana por bens materiais. Isto não é uma descrição de uma situação que cada um pode reconhecer em si mesmo como imagem ideal?

Na sociedade moderna ainda não se chegou a uma trimembração social: o que deveria ser distinguido se mistura ainda de forma difusa. Principalmente a vida econômica tem uma forte tendência de se manifestar por todo lado e subordinar tudo a si. Isto leva à falta de liberdade no campo da vida espiritual, falta de igualdade no campo da vida



CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO por John Hogervorst - Publicado no Boletim nº 18

Outubro 2003

jurídica e a uma prática econômica onde fraternidade não se realiza.

Toda mudança da sociedade tem seu início na consciência do ser humano. Karl Marx contestou este pensamento. De acordo com ele, a economia determinava tudo e cultura, religião ou filosofia eram nada mais que a fumaça que saía das chaminés dos locais de atividade econômica: ideologia que não exerce influência sobre a realidade social. É curioso que este pensamento de Marx continua vivo até os dias de hoje e se tornou quase universal – muito embora quase não se reconheça como um pensamento originário dele. Porque exatamente a influência do pensamento de Marx no decorrer da história do século 20, mostra o seu equívoco. Sua ideologia exerceu uma grande influência sobre a realidade social.

Por isso se perguntou acima, até que ponto há consciência no nosso tempo de que é o homem que determina a economia. Poderia se pensar que não é possível que seja o caso em muitas pessoas, ou devemos aceitar que nós, em grande maioria, estamos satisfeitos com a economia e as consequências da economia que conhecemos agora? A prática atual da economia é a prática que queremos?

Para Rudolf Steiner uma economia saudável é uma economia em que a satisfação da necessidade do consumidor forma o início da atividade econômica. É papel da economia satisfazer esta necessidade, respeitando os limites colocados para a economia.

Trata-se de dois limites. Um limite resulta de circunstâncias geográficas e naturais: a vida econômica numa determinada região forçosamente precisa se orientar pelas circunstâncias geográficas e naturais desta região. Assim, não é possível explorar matéria prima ou recursos naturais onde não existem. Este limite é um limite existente e dado.

O segundo limite é um limite que deve ser criado pelo homem. Trabalho humano não é mercadoria e não pode ser tratado como tal – afinal de contas trabalho humano é invendável; apenas o resultado do trabalho pode ser vendido. Na economia atual, com seu mercado de trabalho, age-se como se trabalho fosse mercadoria. Para quem realmente se dá conta, uma prática insustentável e desumana.

Num organismo trimembrado deveria ser determinado o volume e a duração do trabalho que deve ser prestado pelo homem dentro do quadro de uma vida jurídica cuja forma é dada democraticamente. E o que é determinado a respeito disto é para a vida econômica um dado fixo – o segundo limite.

Dentro destes limites acontece – num organismo social trimembrado – a vida econômica. Produzir, distribuir e consumir mercadorias constitui as atividades econômicas necessárias para satisfazer a necessidade do consumidor. Para que estas atividades possam ser feitas de maneira otimizada – já que numa economia saudável ninguém tem interesse no desperdício de trabalho humano ou matéria prima – é preciso que haja capacidade e "profissionalidade". Como e onde se produz, como se organiza o mais eficiente possível a distribuição de mercadorias, são perguntas às quais as pessoas ativas na vida econômica com base na sua "profissionalidade" melhor podem dar resposta.

Além disto, existe ainda a pergunta de que maneira se consegue que tudo que acontece na vida econômica, de fato fique a serviço da necessidade do consumidor. Para isto precisamos primeiro olhar a questão da propriedade de terra e meios de produção. Na prática atual os direitos de propriedade fazem parte da vida econômica, quer dizer são comerciáveis. Um pedaço de terra, uma fábrica com máquinas de produção é comerciável, assim como ações de uma empresa o são. O efeito social desta regulamentação do direito de propriedade é desastroso.

Estritamente na qualidade de proprietário ou acionista, este contribui apenas em medida muito modesta ao possível florescimento da vida econômica. O proprietário coloca capital à disposição, possibilitando que as pessoas as quais na prática trabalham com este capital – o empreendedor e seus colaboradores – possam contribuir para a produção ou distribuição. São a capacidade, "profissionalidade" e o empenho do empreendedor e seus colaboradores que determinam, de modo destacado, se este capital está sendo empregado bem economicamente. Apesar disto, a remuneração que o proprietário (acionista) em muitos casos recebe pelo fato de colocar capital à disposição, excede em muito o razoável. Seria razoável se o proprietário recebesse como contrapartida pela disponibilização do capital, uma recompensa comparável com uma recompensa de juros, que é normal para tal volume de capital. Exatamente nos últimos decênios podemos ver como a comercialização de propriedades (por exemplo, de ações) tem levado a um rendimento exageradamente alto: o rendimento não conserva mais uma relação justa com a disponibilidade de capital.

Além disto, podemos ver como esta forma de lidar com o direito de propriedade ainda tem outras consequências: o proprietário (acionista) parece não estar interessado ou envolvido com um desenvolvimento saudável de longo prazo da empresa em que ele é (co) proprietário, mas sim num rendimento máximo num prazo mínimo para o seu capital. Em geral eles mostram menos interesse na maneira em que este rendimento é atingido, se isto serve também aos interesses dos que trabalham na empresa, e se com isto não se prejudica pessoas ou



CAMINHANDO PARA UMA ECONOMIA SAUDÁVEL: UMA INTRODUÇÃO por John Hogervorst - Publicado no Boletim nº 18

Outubro 2003

meio ambiente. Cada vez mais se constata que o interesse de curto prazo do proprietário (acionista) domina a gestão de empresas. Assim, a atividade econômica cada vez mais se orienta para o interesse (de lucro) do proprietário e não para a satisfação da necessidade do cliente.

Rudolf Steiner propôs que se diferenciasse o direito de propriedade, distinguindo entre direito de propriedade e direito de uso. Terra e meios de produção não mais deveriam ser comerciáveis e deveriam ser colocados à disposição do empreendedor por órgãos reguladores de direito de propriedade com base em contratos. Como exemplo de um órgão deste tipo, podemos pensar no contexto da atualidade de uma fundação de utilidade pública. No momento em que terra e meios de produção não são mais comerciáveis, não haverá mais um proprietário interessado (pessoalmente) no aumento do valor da sua propriedade. Isto permite que haja espaço para adotar outros critérios para conceder o direito de uso a um empreendedor: uma terra agrícola não será mais vendida a quem oferece mais (quem por outro lado deverá considerar o seu valor de compra a futuros compradores), mas será colocada à disposição do empreendedor mais capacitado com base na sua capacidade ou experiência, e cuja intenção com a terra vem mais ao encontro do que p.ex. está definido nos objetivos da fundação. Quando então o referido empreendedor terminar seu empreendimento, ele mesmo, em concordância com a fundação, procura um próximo empreendedor que satisfaz aos critérios existentes.

Fazendo distinção entre o direito de propriedade e o de uso, a vida econômica ficará libertada da pressão (dos proprietários), hoje praticamente inevitável, por lucros (crescentes). Assim, pode-se voltar o olhar para a necessidade do consumidor, pois se tratam em todas as atividades econômicas de satisfazer da forma mais eficiente possível suas necessidades.

Para que isto se torne possível, deveriam ser criados novos órgãos de cooperação, os quais Rudolf Steiner chamou de associações. Estes órgãos deveriam consistir de todos "membros" que existem dentro da vida econômica: consumidor, comerciante e produtor. Nestes órgãos deveria se fazer uma negociação estruturada que levasse à compreensão da necessidade do consumidor e da forma em que esta necessidade pode ser atendida. Nesta negociação se unem e se relacionam necessidades, experiências, informações e interesses, de forma que se possa trabalhar, não no interesse particular, mas no interesse de todos os envolvidos. Porque é exatamente neste ponto que encontra o grande

defeito da prática econômica moderna: cada um age de acordo com seu interesse particular e o interesse comum, que está acima do particular, não se torna visível. Numa economia saudável trabalha-se em benefício do interesse comum – e as associações formam os órgãos em que este interesse comum pode ser formulado. Aí também se reconhecerá o que há muito tempo já é fato: a vida econômica baseia-se em interdependência. O que um se apropria a mais, faltará a um outro.

A distinção entre o direito de propriedade e direito de uso cuida que ninguém poderá exigir demais, com base em reivindicações de propriedade. A negociação nas associações trará à luz o que é razoável para ser atribuído a cada um – e assim as associações exercem um papel crucial na formação do "preço justo", um conceito chave na visão de Rudolf Steiner sobre a vida econômica. Quando uma mercadoria estiver com um preço justo, todos que tem contribuído para a produção e distribuição de uma mercadoria poderão de forma razoável atender à sua necessidade de vida durante o período necessário para realizar novamente um mesmo feito econômico. Assim se pode ler o grau da "saúde social" da economia do fato de se empregar ou não um preço justo. Se o preço de uma mercadoria estiver baixo demais, um número grande demais de pessoas estará trabalhando para produzir e distribuí-lo – ou se faz injustiça a eles ou uma parte deles. Se o preço de uma mercadoria for alto demais, um número reduzido demais de pessoas está trabalhando para produzir e distribuir esta mercadoria – ou eles (ou uma parte deles) se apropriam demais.

Assim indicamos de forma compacta como Rudolf Steiner via a vida econômica dentro do organismo social trimembrado. Nos textos deste livro, elabora-se mais especialmente a importância das associações. A questão da propriedade será abordada numa futura publicação nesta série.

Muitos leitores se perguntarão de que forma, aquilo que eles possivelmente podem reconhecer neste livro como desejável, poderá se tornar também realidade social. Parece que ideal e prática se separam por um abismo insuperável. Quando, porém, se pode experimentar como necessidade uma prática econômica na direção do que Rudolf Steiner descreve neste livro, então a única pergunta certa que pode ser feita é: o que eu posso fazer para contribuir para tal? Cada um que seriamente se coloca esta pergunta deverá encontrar uma resposta adequada.

Este texto foi escrito como introdução para uma edição da palestra de Rudolf Steiner em 16 de fevereiro de 1921 – A Necessidade de Associações.

*Tradução: Hermanus J Meijerink
Holambra, 19 de maio de 2003.*